

CONSELHO PERMANENTE



OEA/Ser.G
CP/doc.3944/04
28 setembro 2004
Original: espanhol

SEGUNDO RELATÓRIO TRIMESTRAL DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE A MISSÃO DE APOIO AO PROCESSO DE PAZ
NA COLÔMBIA (MAPP/OEA), EM CONFORMIDADE
COM A RESOLUÇÃO CP/RES. 859 (1397/04)

Este documento será distribuído às Missões Permanentes
e apresentado ao Conselho Permanente da Organização.

MISSÃO DE APOIO AO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA (MAPP/OEA)

SEGUNDO RELATÓRIO

I. Introdução

Este relatório trimestral do Secretário-Geral sobre a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia MAPP/OEA é apresentado ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) em conformidade com a resolução CP/RES. 859 (1397/04), que incumbe “o Secretário-Geral de informar trimestralmente o Conselho Permanente sobre os trabalhos da MAPP/OEA e sua capacidade permanente de contribuir, por meio de sua atividade na Colômbia, para a consecução dos valores e princípios contidos na Carta da Organização dos Estados Americanos e da Carta Democrática Interamericana”.

II. A missão MAPP/OEA

A. *O Mandato*

Em 23 de janeiro de 2004, foi assinado um Convênio entre o Governo da República da Colômbia e a SG/OEA, definindo uma missão para o acompanhamento do processo de paz (MAPP/OEA). Posteriormente, em 6 de fevereiro de 2004, o Conselho Permanente da OEA emitiu a resolução de referência de apoio ao processo de paz na Colômbia, CP/RES. 859 (1397/04), que autoriza o estabelecimento da citada missão precisando seu mandato.

O mandato da MAPP/OEA foi concebido com um sentido não só amplo e integral como apegado aos princípios básicos da Organização. Nele se devem reconhecer a contribuição fundamental e o apoio prestado pelos Representantes Permanentes e a disposição de realizar um seguimento especial das tarefas da Missão e do processo de paz colombiano.

O caráter técnico da Missão é uma definição fundamental. Significa que a MAPP/OEA não participa dos temas políticos e jurídicos internos nem se envolve na controvérsia gerada pelo próprio processo de paz.

A preocupação primordial pela promoção e defesa dos direitos humanos, pela justiça e pelo fortalecimento da confiança e da segurança é central nas tarefas que a Missão está iniciando.

B. *Desenvolvimento da Missão*

Financiamento

Desde maio de 2004, a Missão vem estabelecendo contatos com representantes de países cooperantes e organismos internacionais a fim de abrir espaços de compreensão e apoio da tarefa que seu mandato lhe atribui. A propósito, um convênio de cooperação com a Suécia está pronto para ser assinado e adiantam-se com esse país outros convênios de apoio à Missão, por intermédio de organizações não-governamentais. Neste sentido, acordou-se o apoio da Fundação Segurança e

Democracia no tocante especialmente à análise e informação sobre a evolução da violência. A União Européia formulou convite para uma reunião especial a ser realizada em Bruxelas, com vistas à busca de formas de apoio. Na mesma ordem de idéias, a Holanda propôs a realização de uma reunião bilateral para somar-se à cooperação.

A Missão está executando o orçamento dos fundos fornecidos pelo Governo colombiano e destinados à ampliação do território de ação e às tarefas gerais para o cumprimento de seu mandato.

Juntamente com este relatório, submete-se à consideração do Conselho Permanente uma proposta de orçamento para completar os três anos de mandato da Missão.

Sedes regionais

A Missão estabeleceu até o momento os seguintes escritórios para o cumprimento de suas tarefas:

- Santafé de Bogotá (Sede Central da Missão)
- Medellín (Antioquia)
- Montería (Córdoba)
- Volcanes (Córdoba, com cobertura na zona de concentração de Tierralta)
- Santafé de Ralito (dentro da zona de concentração)
- Valledupar (El Cesar)
- Cúcuta (Norte de Santander)
- Villavicencio (Meta)
- Barrancabermeja (Santander).



Pessoal da Missão

A Missão é integrada no momento por 8 (oito) funcionários internacionais e 6 (seis) nacionais, mais o pessoal administrativo e de apoio. Conta, no total, com 19 pessoas.

Entretanto, para que houvesse um funcionamento acorde com as exigências de seu mandato, e portanto com a dinâmica que o processo de paz demanda, cada escritório regional requereria no mínimo dois funcionários internacionais, três funcionários nacionais, pessoal de apoio administrativo e motoristas, além dos equipamentos de comunicação, dos veículos e da logística imprescindível.

No futuro imediato, dada a possibilidade de desmobilização de cerca de 3.000 homens das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) nos Llanos Orientales, a Missão será obrigada a ampliar com urgência o pessoal profissional e sua capacidade logística, a fim de atender à verificação *in loco* desde o início do processo de pacificação nos departamentos de Casanare e Meta.

C. Atividades da Missão

1. Coordenação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Em cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho Permanente, a comunicação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) vem-se intensificando.

Em julho do corrente ano, a CIDH fez uma visita à Colômbia, durante a qual foi realizada uma reunião de coordenação das tarefas de apoio à Missão e acertada uma agenda na cidade de Medellín, com diversos setores, inclusive o dos desmobilizados do Bloque Cacique Nutibara.

Como resultado desta visita, acordou-se considerar a elaboração de um memorando de entendimento que defina mais especificamente as funções da Comissão de assessoramento à Missão.

As gestões humanitárias em prol de membros de comunidades indígenas que são objeto de medidas cautelares da CIDH e continuam sendo afetadas pela violência adquirem especial relevância. Neste sentido, a Missão mantém uma comunicação permanente com a etnia indígena Emberá Catío, vários membros da qual foram vítimas de seqüestro perpetrado pelas AUCs, e implementam-se as coordenações necessárias ao desenvolvimento de atividades nessa comunidade. Ademais, a partir da sede regional em Valledupar, estão sendo estabelecidos contatos com os povos indígenas da Serra Nevada de Santa Marta, com os mesmos objetivos.

A CIDH também forneceu à Missão toda a documentação relacionada com a experiência em processos de paz no Continente e sobre os casos de violação dos direitos humanos na Colômbia que está acompanhando. Esta documentação proporciona à MAPP/OEA informação e assessoramento de grande valor e orienta seus funcionários no que respeita à observância dos direitos humanos e ao conflito local.

2. Contato com instituições e organismos não-governamentais

É de vital importância para a Missão contar com a presença e o acompanhamento permanente da sociedade civil colombiana e, em particular, das organizações não-governamentais que promovem trabalhos de paz e reconciliação em todo o país.

Durante o primeiro semestre de suas operações, nos contatos que estabeleceu com os diferentes setores, instituições e comunidades locais, com organismos não-governamentais de direitos humanos e outras instâncias da comunidade internacional, a Missão se apresentou e divulgou seu mandato.

Por outro lado, vem-se trabalhando junto com organismos não-governamentais experientes em temas da paz em duas propostas de fortalecimento do mandato da Missão. No primeiro caso, posto que várias ONGs manifestaram seu apoio ao processo de diálogo com as AUCs, ao mandato da MAPP/OEA e ao seu fortalecimento, trabalha-se, com o apoio da cooperação sueca, em um convênio que dê à Missão maior capacidade para analisar a marcha do processo de paz. No segundo caso, estão sendo realizados esforços para implementar a base de dados e efetuar o diagnóstico da evolução dos índices de violência. Esta contribuição permitirá o fortalecimento da unidade de análise independente que a Missão está estruturando.

A Associação Latino-Americana dos Direitos Humanos (ALDHU); a Rede de Iniciativas para a Paz e Contra a Guerra (REDEPAZ); o Centro de Pesquisa e Educação Popular (CINEP); a Fundação Arco Íris; o “Planeta Paz”; o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (INDEPAZ); a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGTD); o Observatório para a Paz; a Simon Domico, Direitos Humanos da População Indígena EMBERA; o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC); o Comitê de Direitos Humanos da Confederação Indígena Tayrona; o Sindicato do Agro de Arauca (SINDEAGRO) e a FUNDEMOS, bem como outras organizações da sociedade civil, manifestaram seu apoio ao processo de paz e à MAPP/OEA e sugeriram critérios pelos quais deveriam pautar-se os diálogos com as AUCs e a solução do conflito armado na Colômbia.

Um grupo das ONGs citadas, acompanhado pela Missão, participou do ato de abertura da zona de concentração para as AUCs e teve acesso a uma reunião com os chefes desta organização irregular. Esta circunstância abriu um espaço importante para a abordagem de uma agenda relacionada com os temas da verdade, justiça e reparação, bem como a possibilidade de se avaliarem denúncias do envolvimento de membros das AUCs na prática de supostos delitos contra a população civil.

3. Acompanhamento da Mesa Nacional de Diálogo

Nesse contexto e em conformidade com seu mandato, a MAPP/OEA acompanhou os diálogos entre o Governo e os grupos armados irregulares. O Acordo de Santafé de Ralito, de 15 de maio de 2004, no qual se determinou a conformação da zona de concentração para os chefes das AUCs, e a decisão de 12 de agosto do mesmo ano, mediante a qual se acorda a desmobilização no curto prazo das AUCs dos Llanos Orientales e se ratifica ainda a disposição sobre o desarmamento e desmobilização dos blocos mais importantes e de muitos destes grupos armados ilegais, são marcos de grande importância no processo de paz dos colombianos.

Cabe ressaltar que a Missão participa dos diálogos com os grupos de Autodefesas Unidas da Colômbia somente a pedido do Governo colombiano e sem assumir funções de mediação.

4. Seguimento da situação dos grupos desmobilizados

No que respeita aos grupos irregulares desmobilizados, a Missão continua seguindo o cumprimento dos compromissos assumidos e, de modo especial, a situação jurídica dos desmobilizados, sua reincorporação à força de trabalho e sua reinserção na vida civil.

5. Trabalho com as comunidades afetadas pela violência

Com relação ao trabalho nas comunidades afetadas pela violência, desenvolvem-se atividades de sensibilização e desenham-se projetos destinados a fortalecê-las, promovendo sua transição para a institucionalidade, no caso especialmente das comunidades que estão dentro da zona de concentração das AUCs. Uma equipe de funcionários da Missão mantém contato e comunicação permanente com as comunidades situadas dentro desta zona e nas suas imediações, trabalhando com líderes do setor rural que durante mais de 20 anos estiveram expostos à presença dos atores armados ilegais. Esta tarefa permite que se comece a abrir uma brecha de institucionalidade em povoamentos e áreas que se encontravam à margem da assistência estatal e foram submetidas à violência. Tais atividades, que estão relacionadas com a promoção dos direitos humanos, a justiça e a resolução alternativa de conflitos, são coordenadas com o Escritório do Alto Comissariado para a Paz, a Defensoria do Povo e outras instituições estatais e da sociedade civil.

Os testemunhos dos moradores destas comunidades e sua disposição de superar os problemas que sofreram durante anos, bem como de se organizarem sobre a base de princípios institucionais, de diligenciar a solução de seus problemas sócio-econômicos mais urgentes e de acederem à administração da justiça, atestam as reais possibilidades que tem o processo de paz para avançar e sustentar-se no tempo. A Missão ouve as comunidades afetadas pela violência no entendimento de que elas são o sujeito central do processo de paz.

6. Apoio à reinserção

Com o auxílio do empresariado privado e de outras instâncias de cooperação, participa-se da formulação de um programa para a geração de projetos produtivos que permitam apoiar a reinserção de ex-combatentes, de suas famílias e pessoas deslocadas pelo conflito. Esta iniciativa, eminentemente colombiana, possibilita a formulação de propostas e procedimentos orientados para a geração de empregos produtivos para os membros de todos os grupos ilegais que se desmobilizem, adiantando-se assim um dos temas mais importantes de todo o processo de paz sustentável: a reincorporação efetiva do ex-combatente à vida civil.

Esta proposta tem como objetivo a criação de mais de 7.000 empregos produtivos, especialmente no setor agroindustrial, que assegurem com rendas regulares o sustento das famílias dos ex-combatentes.

Neste caso, a Missão cumpre a função de apoio técnico e suporte administrativo para a gestão de tal proposta e a avalia com fundamento em determinados critérios e princípios relativos ao mandato, entre os quais o da inclusão de todos os setores desmobilizados, quer sejam ou não filiados a qualquer dos atores envolvidos no conflito.

7. Conformação da Unidade de Análise da MAPP/OEA

A fim de cumprir as tarefas de análise, busca, sistematização e processamento de informação qualitativa e quantitativa que sirva essencialmente de apoio técnico para a elaboração de relatórios e o atendimento das demais necessidades da Missão, está sendo formada a Unidade de Análise da Missão.

O trabalho desta Unidade servirá, ademais, para uma avaliação independente da situação da violência na Colômbia, um trabalho que se tornará mais fácil com a abertura dos escritórios regionais e a presença de oficiais verificadores em algumas das regiões mais conflituosas do país. Nesta avaliação serão utilizadas fontes tanto oficiais como não-oficiais provenientes de algumas ONGs colombianas de prestígio.

a) *Objetivos gerais:*

- Produzir textos e documentos que sejam úteis para atender às necessidades da Missão associadas a temas que requeiram tratamento mais aprofundado.
- Construir e manter diversas bases de dados independentes a fim de organizar e agilizar de tal modo a informação que esta sirva de apoio à verificação da cessação de hostilidades, à desmobilização e à reinserção dos ex-combatentes, bem como aos demais temas relacionados com seus mandatos.
- Divulgar informação e análise sobre diversos temas que interessam ao âmbito interno da Missão com vistas a manter informados todos os seus integrantes.

b) *Princípios*

- Independência: A análise da informação será feita com independência e critério próprio.
- Qualidade e relevância: A análise deverá manter sempre um alto nível acadêmico e ser pertinente às finalidades da Missão.
- Objetividade: A análise procurará manter-se à margem da controvérsia gerada pelo conflito.
- Comunicação: Os integrantes da Missão deverão possuir a informação necessária para levar a cabo seu trabalho.
- Confidencialidade: A informação de natureza sensível obtida por meio do trabalho desta Unidade será gerida exclusivamente pela chefia da Missão.

III. Curso geral do processo de paz

1. A capacidade nacional

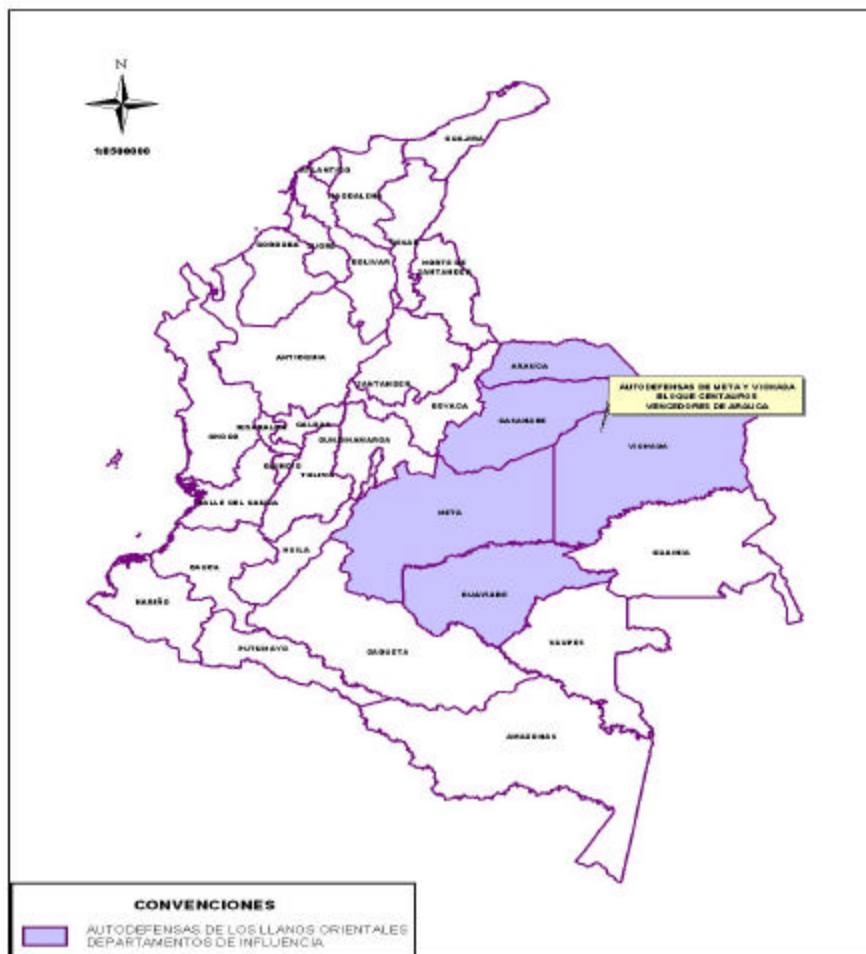
Desde a atribuição de suas tarefas, sublinhou-se o caráter técnico da Missão para acompanhar os esforços do Governo e povo colombiano no sentido da consecução da paz. Este enfoque primordial da Missão permitiu que se começasse a cumprir este mandato, respeitando-se as decisões e os procedimentos adotados pelos colombianos a fim de superar esta etapa difícil de sua História.

No primeiro relatório trimestral, a Missão expôs a necessidade de conhecer e reconhecer as capacidades nacionais e as experiências acumuladas pelo povo colombiano ao longo de muitos anos de confrontação com a violência. No âmbito desta tarefa foram-se criando coordenações, propostas de trabalho, apoios institucionais e sociais que proporcionaram à Missão critérios, assessoramentos e informações imprescindíveis ao cumprimento de seu mandato.

2. O processo de paz com as Autodefesas

- O Acordo de Santafé de Ralito, assinado entre o Governo Nacional e as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), em 15 de julho de 2003, marca o início do processo de desmobilização destes grupos armados à margem da lei que as autoridades planejam culminar, o mais tardar, em 31 de dezembro de 2005.
- Como primeiro passo do Acordo, foram desmobilizados, em 25 de novembro de 2003, 874 integrantes do Bloque Cacique Nutibara (BCN) das AUCs, na cidade de Medellín.
- Em 7 de dezembro do mesmo ano foram desmobilizados 156 homens das Autodefesas Camponesas de Ortega, em Cajibío, Departamento do Cauca.
- Em 15 de maio de 2004, foi assinado o segundo acordo em Santafé de Ralito, no qual se dispõe a reunião de todos os comandantes das AUCs numa zona de concentração. Nesta zona, mantida sob a custódia da força pública e onde vige o Estado de Direito, põe-se em prática a Lei 782/02, a qual permite que os líderes do grupo armado ilegal que estão negociando não sejam presos enquanto permanecerem dentro da área geográfica delimitada. A zona de concentração é objeto de verificação da MAPP/OEA. Este acordo significou um passo muito importante nos diálogos de paz, renovando a esperança de êxito deste processo.
- Nos primeiros dias de agosto de 2004, o Governo solicitou a desmobilização imediata de blocos de AUCs instalados nos Llanos Orientales, departamentos de Meta, Casanare, Vichada e Arauca. Esta decisão do Presidente Uribe foi tomada em virtude dos reiterados confrontos que se verificam nessa região, violando a cessação das hostilidades e pondo em risco o próprio processo de paz. Estes fatos têm ocorrido, não obstante as reiteradas gestões do Alto Comissariado para a Paz com o propósito de instar a necessidade de que cessem as hostilidades.

- Em 12 de agosto de 2004, em Santafé de Ralito, após intensas e longas deliberações, acordou-se o acatamento da desmobilização das Autodefesas dos Llanos Orientales (Bloque Centauros, Autodefesas Camponesas de Meta e Vichada e Bloque Defensores do Arauca), no total de mais de 6.000 homens. Além disso, as AUCs comprometeram-se a desmobilizar a maior parte de suas forças dentro de um curto prazo que deverá ser fixado de comum acordo com o Governo, por meio de um cronograma.
- Este último avanço alcançado nos diálogos com as AUCs adquiriu grande relevo. Acelera as metas e os prazos previamente fixados e abre uma possibilidade para a paz na Colômbia. Espera-se que antes do final de 2004 a maior parte dos homens armados das AUCs estará entregando suas armas e desmobilizando-se. Desta maneira, extensas zonas territoriais do país serão incorporadas ao controle do Estado.
- É importante advertir que, diante desta dinâmica do processo de paz, deverão ser adotadas decisões urgentes que permitam à Missão atender às exigências que se apresentarão no futuro imediato.



Departamentos com presença dos grupos das Autodefesas que serão imediatamente desmobilizados.

3. Os indicadores de violência

A situação da violência na Colômbia registrou durante os dois últimos anos algumas mudanças positivas importantes. Esta melhoria permanece evidente no segundo trimestre de 2004. Isso, porém, não quer dizer que a situação não continue *grave*. Mesmo assim, de acordo com fontes oficiais e não-oficiais, quase todos os índices de violência sofreram considerável queda e se conseguiu um progresso continuado nos dois anos de exercício do atual Governo.

De acordo com as estatísticas oficiais e com base em dados importantes acumulados em 2003, as maiores reduções nos índices de violência no primeiro semestre de 2004 corresponderam aos homicídios (redução de 10,1%), aos massacres (redução de 43,6%) e aos seqüestros (redução de 39,8%). As cifras das ONGs também registram reduções importantes no caso de violações graves, tais como homicídios, seqüestros, massacres e deslocamentos forçados, embora reportem um aumento das perseguições, ameaças e detenções arbitrárias.

Índices de Violência

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ESCRITÓRIO DE COMUNICAÇÕES RESULTADOS DA SEGURANÇA DEMOCRÁTICA BALANÇO							
DESCRIÇÃO	PERÍODO PRESIDENCIAL	PERÍODO JANEIRO – DEZEMBRO		%	ACUMULADO JANEIRO-31 JULHO 2004		
	02 Ago - 31 Jul 04	2002	2003		2003	2004	%
Violência e criminalidade							
Homicídios comuns	46.783	28.837	23.013	-20,2%	13.859	12.460	-10,1%
Casos de homicídios coletivos	170	115	77	-33,0%	55	31	-43,6%
Número de vítimas em homicídios coletivos	911	680	423	-37,8%	312	172	-44,9%
Seqüestros totais	4.281	2.986	2.200	-26,3%	1.488	896	-39,8%

Fonte: Presidência da República/Escritório de Comunicações.

As estatísticas oficiais também mostram que, desde a vigência da zona de concentração em Santafé de Ralito, o percentual de homicídios atribuídos às Autodefesas Unidas da Colômbia diminuiu consideravelmente. Ver o quadro comparativo, abaixo.

Comparação dos homicídios e massacres atribuídos às AUCs desde a Vigência da Zona de Concentração			
	10 Abr - 15 Jun	16 Jun – 20 Ago	%
Homicídios	27	11	-60%
Massacres	1	1	0

Fonte: Boletins Diários da Ordem Pública, DAS.

4. A situação dos grupos desmobilizados

a) *Evolução dos reinseridos do Bloque Cacique Nutibara (AUC-BCN)*

O processo de reinserção que o Escritório do Alto Comissariado para a Paz, a Prefeitura de Medellín e a Corporação Democracia (organização que agrupa os desmobilizados) estimulam prossegue, em linhas gerais, de maneira positiva. As tarefas de capacitação e assistência psicossocial continuam desenvolvendo-se normalmente, embora se observe um incremento nos índices relativos à falta de assistência de parte dos desmobilizados. Destes, mais de 70% estão hoje trabalhando.

Processo de reinserção do Antigo *Bloque Cacique Nutibara*. Medellín.

Desmobilizados contratados	762 (88%)
Desmobilizados em processo de contratação	79
Inscritos no ensino primário e secundário	382
Cursando o ensino superior	32
Apoio e capacitação psico-afetiva	868
Inscritos na formação técnica do SENA	56
Preparação em mentalidade empresarial e geração de unidades produtivas	400
Instrução em liderança comunitária, sociabilidade, segurança cidadã e democracia	72
Subsídio financeiro de 300.000 pesos mensais (primeiro mês)	631
Subsídio financeiro de 300.000 pesos mensais (segundo mês)	152
Subsídio financeiro de 300.000 pesos mensais (terceiro mês)	125

Fonte: Escritório do Alto Comissário para a Paz.

Data: Julho de 2004.

O número de jovens desmobilizados que foram vítimas de homicídio aumentou durante o período analisado. Até esta data, 7 (sete) desmobilizados perderam a vida. Entretanto, de acordo com a verificação individual destes casos, não há evidência de que eles tenham ocorrido por motivos políticos. Além disso, subiu para 31 o número dos desmobilizados detidos e processados.

Conforme acima foi dito, o Escritório da MAPP/OEA em Medellín está acompanhando estes casos a fim de verificar o curso das investigações e o esclarecimento dos mesmos.

Além disso, a Missão prossegue com os trabalhos de verificação da situação dos detidos, visita penitenciárias e participa de audiências com a Promotoria de Justiça de Medellín, a fim de dar seguimento aos casos e conhecer a informação oficial sobre os atos delituosos praticados.

LISTA DOS DESMOBILIZADOS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO EM MEDELLÍN
ATUALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2004

Nº	IDENTIFICAÇÃO	NOME	SOBRENOME	DATA DA OCORRÊNCIA
213	71 189 695	GUILLERMO	ECHAVARRIA CORREA	03/01/04
126	71.757.324	ASDRUBAL DE JESUS	CAMPUZANO ZAPATA	15/02/04
258	98.695.572	FRANKI ALEXANDER	GARCIA GALEANO	04/06/04
212	98.622.347	JOVANY DE JESUS	DURANGO QUIROZ	26/06/04
359	71.220.342	SANDRO ALCIDES	HIGUITA CHAVARRIAGA	16/07/04
555	71.263.163	MARLON ANDRÉS	ORTIZ LONDOÑO	17/07/04
250	71.743.812	OCTAVIO DE JESÚS	GALLEGO LONDOÑO	08/08/04

Processado pela MAPP/OEA, Bogotá.

b) Evolução dos desmobilizados das Autodefesas Camponesas de Ortega

O processo de reinserção dos desmobilizados das Autodefesas Camponesas de Ortega evolui de maneira satisfatória. Os programas sociais e produtivos estão sendo executados conforme previsto, a construção da infra-estrutura básica prossegue e a presença da força pública garante a segurança da zona.

Apesar de estar sendo implementado numa área circunscrita do território e apresentar características que são diferentes das do resto das Autodefesas, o processo de reinserção e institucionalização nesta zona do Cauca deve ser levado especialmente em conta, já que inspira um modelo que soube construir a possibilidade de paz, orientando-se para os objetivos desejados neste tipo de processo.

Processo de Reinserção do Antigo Bloque Autodefesas Camponesas de Ortega, Cajibío (Cauca)

Construção de 25Km de rodovia entre Ortega e Dinde (em curso)
Presença permanente do Exército na zona
160 pessoas com formação técnica do Sena
5 novos professores para reforçar o projeto educacional da comunidade
Estudos de viabilidade e legalização de prédios escolares, centro de saúde e comunidade, com o INCODER
Aquisição de 180 hectares em Popayán, pelo INCODER, para a instalação de 15 famílias
Cafés da manhã para crianças e assistência materno-infantil beneficiando cerca de 250 pessoas – ICBF

Fonte: Escritório do Alto Comissariado para a Paz.

Data: Julho de 2004.

5. A verificação

Dentre os temas relevantes do mandato da MAPP/OEA, a verificação adquire especial importância. A credibilidade do processo e sua transparência derivam, em grande medida, dos procedimentos adotados para verificar o processo de paz.

Na zona de concentração situada em Tierralta, Departamento de Córdoba, onde se encontra a maioria dos chefes das AUCs, cabe à MAPP/OEA funções pontuais e específicas que estão sendo exercidas. Destacam-se, dentre elas, as mencionadas a seguir:

- A verificação do acordo para a formação da zona de concentração e o funcionamento de todos os mecanismos de controle internos.
- O inventário das armas dos 400 integrantes das escoltas que acompanham os chefes das AUCs.
- A saída e entrada dos comandantes que solicitem permissão especial e por tempo determinado para empreender gestões relacionadas com o processo de paz.
- O recebimento de queixas e denúncias sobre possíveis atos de violação à cessação de hostilidades.

Neste contexto, a Missão poderá atender a queixas e denúncias de atos presumíveis das AUCs que afetem a população civil e decidir sobre sua verificação com vistas a intensificar a cessação de hostilidades no âmbito nacional.

Destacam-se a seguir as informações, queixas e denúncias recebidas e em processo de verificação pela Missão durante o período compreendido neste relatório:

a) Em Medellín

- A MAPP/OEA recebeu informações e queixas sobre o prosseguimento de ações ilegais supostamente praticadas por integrantes do Bloque Cacique Nutibara que havia consentido em desmobilizar-se. Esta situação levou a que

se pensasse na possível persistência da estrutura armada ilegal, não obstante a desmobilização realizada em novembro de 2003. Setores da sociedade civil, instituições do Estado, organizações religiosas e de direitos humanos reafirmam esta preocupação. É pertinente acrescentar que a MAPP/OEA não recebeu denúncias concretas sobre estes fatos.

- Esta informação, que é subsidiária às tarefas de verificação que integram o mandato da Missão, adquire uma relevância muito especial e deverá obrigar os chefes do grupo desmobilizado, bem como as autoridades locais e nacionais, a advertir que a suposta persistência de tais ações à margem da lei contestam o próprio processo iniciado em Medellín em novembro de 2003 e contradizem a vontade manifestada pelas AUCs no ato de desmobilização.
- Além disso, foram recebidas denúncias sobre a posse ilícita de imóveis por parte de membros do Cacique Nutibara. A Missão empreende gestões oficiosas no sentido de conseguir a devolução destas propriedades a seus legítimos donos.
- A MAPP/OEA tem a obrigação de advertir sobre estes temas de verificação, recomendar que lhes seja dispensada especial atenção e, eventualmente, corrigir e/ou esclarecer cabalmente as informações e queixas prestadas. O processo iniciado em Medellín e a consecução de seus objetivos, ainda que se orientem para a reinserção do grupo armado e sua incorporação à legalidade, constitui um antecedente sobre cuja experiência se apoiarão, em grande medida, as ações de paz com os demais blocos das AUCs.

b) Em Tierralta, Córdoba

- A denúncia do seqüestro de Ovidio Domicó, governador indígena de Emberá, um povoado do Município de Tierralta, Departamento de Córdoba, por um grupo pertencente às AUCs, pôs em alerta a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL). Mediante gestões da Missão, conseguiu-se a liberação do seqüestrado e seu retorno são e salvo à comunidade.
- Poucos dias após este fato, um grupo de cinco integrantes da mesma etnia Emberá foi subtraído de suas canoas e retido por grupos das AUCs. Novamente, as gestões da MAPP/OEA conseguiram que estas pessoas fossem postas em liberdade.
- Dois integrantes da escolta dos chefes das AUCs se suicidaram.
- Um morador de uma comarca contígua à zona circunscrita foi assassinado presumivelmente por membros das AUCs, em virtude de uma denúncia interposta à organização armada ilegal por familiares de uma menor vítima de violência sexual. A Polícia e a Promotoria de Justiça intervieram nesta ocorrência e se está implementando o procedimento correspondente.

c) Em Valledupar

- Em Valledupar, Fredy Arias, um integrante da etnia Kankuamo, foi assassinado. Diversas organizações de direitos humanos atribuem a um grupo das AUCs a responsabilidade por este crime. Os funcionários da Missão nessa cidade estão empreendendo todas as gestões necessárias a fim de averiguar este fato. A respectiva denúncia foi encaminhada ao Comitê de Verificação em Santafé de Ralito, onde os chefes das AUCs estão concentrados, e levada ao conhecimento destes. Espera-se uma resposta sobre a mesma. A Missão também acompanha as gestões que estão sendo empreendidas pelas autoridades judiciais.
- Denúncia do seqüestro de um integrante da etnia Arhuaco, na zona dos Caminos de Tabacal, Sabana Crespo, presumivelmente perpetrado pelas AUCs, com ameaça de morte se o irmão da vítima, da mesma etnia, não fosse entregue. Neste caso, a Missão interpôs seus bons ofícios junto aos comandantes reunidos em Santafé de Ralito. A situação foi favoravelmente resolvida.

IV. Conclusões

1. A Missão vem cumprindo seu mandato de acordo com a dinâmica do processo de paz colombiano, não obstante estar sujeita à disponibilidade dos recursos necessários à sua plena execução.
2. Maiores responsabilidades deverão ser assumidas nas próximas semanas, ante a firme possibilidade de desmobilização de cerca de 3.000 homens das AUCs nos Llanos Orientales, fato que exigirá um esforço em termos de pessoal e de recursos logísticos com os quais a Missão não conta.
3. Registrou-se importante avanço das tarefas de verificação cumpridas na zona de concentração no Departamento de Córdoba, onde se encontram os chefes das AUCs, e vem-se trabalhando diariamente com a população civil afetada pela violência, em coordenação com as instituições do Estado.
4. A instalação paulatina de escritórios regionais ajuda a estabelecer a Missão nas áreas de conflito, coloca-a em contato com os atores locais institucionais e sociais e permite-lhe atuar com maior diligência onde os fatos ocorrem.
5. O processo de reinserção do Cacique Nutibara em Medellín está passando, segundo nosso critério, por uma crise de credibilidade, em virtude da suposta persistência de condutas delituosas de seu grupo.
6. O acordo de Santafé de Ralito, assinado em 15 de maio de 2004, em que se determinou a zona de concentração para todos os chefes das AUCs, e a reunião realizada em 12 de agosto do mesmo ano, na qual se decidiu a desmobilização das AUCs dos Llanos Orientales, são

eventos de grande importância para o processo de paz na Colômbia. Há uma firme possibilidade de desmobilização efetiva de um número muito grande de membros das AUCs (entre 3.000 e 5.000 elementos armados), antes do final do corrente ano.

7. A coordenação para facilitar o assessoramento da CIDH é um dos temas fundamentais do mandato da Missão. Neste sentido, vem-se avançando tanto no desenvolvimento dos aspectos institucionais juntamente com a Comissão como na comunicação e contato de funcionários da MAPP/OEA com as comunidades Emberá Catío, Kankuamo e Arahuaco que foram afetadas pela violência e favorecidas por medidas cautelares da CIDH.
8. O trabalho incipiente com as comunidades afetadas pela violência, no caso especialmente da zona de concentração para os diálogos com as AUCs, permitiu que se começasse a desenvolver programas relacionados com os direitos humanos, a justiça e a resolução pacífica de conflitos. Esta função, coordenada com as instituições do Estado, adquire maior relevância pelo fato de que a continuidade e sustentabilidade das ações em prol da paz têm nessas comunidades seu principal sujeito.
9. A decisão da Secretaria-Geral e do Conselho Permanente de proporcionar ao Governo da Colômbia e à sociedade do país uma ajuda firme para o enfrentamento dos desafios da construção da paz requer hoje, mais do que nunca, maior apoio por parte da comunidade internacional. A Missão continua envidando esforços com o objetivo de abrir maiores espaços de compreensão desta orientação.

<http://scm.oas.org/pdfs/2004/CP13354.xls>